

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SEGURAJUDA – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 947.246 euros e um total de capital próprio de 135.928 euros, incluindo um resultado líquido de 46.267 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, relativas ao ano findo naquela data, e respetivo Anexo às demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Algés, 15 de maio de 2023.



— José Manuel Almeida da Silva

ROCnº. 791

Em representação de Roberto, Silva, Matos & Associados, SROC, Lda.

Segurajuda - Corretores de Seguros Lda.

Sede Social: Rua Professor Orlando Ribeiro n.º 3 Loja C Lumiar 1600-796 Lisboa

Capital Social: € 50.000,00 - NIF 505 063 310

Balanço Individual em 31.12.2022 e 31.12.2021

Unidade monetária (Euro)

RUBRICAS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3,7	581 388,69	291 057,33
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis	3, 8	1 178,75	1 793,75
Activos biológicos			
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial			
Outros Investimentos Financeiros	3	152 663,04	
Acionistas/Sócios			
Outros activos financeiros		0,00	
Ativos por impostos diferidos			
		735 230,48	292 851,08
Ativo corrente			
Inventários	3		
Activos biológicos			
Clientes	3,13		62 207,74
Adiantamentos a fornecedores		6 480,57	
Estado e outros entes públicos	3,13	4 323,00	
Acionistas/Sócios			
Outras contas a receber	3,13	189 680,70	23 845,27
Diferimentos	3,13	7 026,69	4 660,91
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	3,4	4 504,53	19 371,11
		212 015,49	110 085,03
Total do ACTIVO		947 245,97	402 936,11

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	3,13	50 000,00	50 000,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio	3, 13		
Prêmios de emissão			
Reservas legais	3,13	10 000,00	10 000,00
Outras reservas			
Resultados transitados	3,13	29 660,89	19 384,36
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período	3,13	46 267,29	10 276,53
Dividendos antecipados			
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		135 928,18	89 660,89
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	3,6	450 880,94	121 378,63
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
		450 880,94	121 378,63
Passivo corrente			
Fornecedores	3,13	20 590,93	528,84
Adiantamentos de clientes		3 431,28	
Estado e outros entes públicos	3,13	48 638,45	21 314,90
Acionistas/Sócios			
Financiamentos obtidos	3,6	103 837,35	74 754,87
Outras contas a pagar	3,13	183 938,84	95 297,98
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		360 436,85	191 896,59
Total do Passivo		811 317,79	313 275,22
Total do Capital Próprio e do Passivo		947 245,97	402 936,11


A Administração


O Contabilista Certificado

Segurajuda - Corretores de Seguros Lda.

Sede Social: Rua Professor Orlando Ribeiro n.º 3 Loja C Lumiar 1600-796 Lisboa

Capital Social: € 50.000,00 - NIF 505 063 310

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2022

Unidade monetária (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	EXERCÍCIOS	
			31.12.2022	31.12.2021
Vendas e serviços prestados	+	3,9	1 011 204,54	536 172,67
Subsídios à exploração	+	3	4 107,23	4 423,21
empreendimentos conjuntos	+/-			
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	3		
Fornecimentos e serviços externos	-	3, 15	(223 632,89)	(154 668,80)
Gastos com pessoal	-	3,14	(605 203,80)	(313 221,90)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+			
Provisões (aumentos/reduções)	-/+			
(perdas/reversões)	-/+			
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-			
Outros rendimentos	+	3	10 519,11	5 003,22
Outros gastos	-	3	(45 289,63)	(15 120,94)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		151 704,56	62 587,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	3	(63 179,18)	(35 341,16)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	-/+			
(perdas/reversões)	-/+			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		88 525,38	27 246,30
Juros e rendimentos similares obtidos	+	3	1,53	
Juros e gastos similares suportados	-	3	(8 018,15)	(1 920,17)
Resultado antes de impostos	=		80 508,76	25 326,13
Imposto sobre rendimento do período	-/+	3,12	(34 241,47)	(15 049,60)
Resultado líquido do período	=		46 267,29	10 276,53


A Administração


O Contabilista Certificado

RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das obrigações legais, vem a gerência, através do presente relatório de gestão, dar conhecimento aos sócios e terceiros, que com a empresa têm relações, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida no exercício de 2022.

1) Evolução da atividade da empresa:

O ano de 2022 foi transformativo para a nossa empresa, verificando-se, tal como no ano anterior, uma quase duplicação do balanço e do volume de negócios.

Este resultado com que nos congratulamos é fruto do sucesso no investimento em ambas as vertentes que havíamos planeado – por um lado o crescimento orgânico, potenciado com abertura de mais escritórios para maior proximidade com o público –, e por outro lado, as aquisições, com destaque para a compra da empresa SeguroPlus, Lda.

Internamente, perante este crescimento, evidenciou-se a necessidade de levar a cabo nova reorganização para tirar o melhor partido possível do crescente quadro de pessoal. Foram criados departamentos e dado início ao estabelecimento de procedimentos e linhas orientadoras para que o fluxo de trabalho seja equilibrado e fluído.

2) Perspetivas Futuras:

À luz do ano anterior, 2023 ser um ano de continuidade (senão de intensificação) na aposta no crescimento orgânico e crescimento através de parcerias e aquisições.

3) Alienação e compra de cotas:

Durante o exercício de 2022 não se verificaram alterações.

4) Negócios entre a sociedade e a gerência:

Refere-se que não existiram quaisquer negócios entre a sociedade e a gerência.

5) Situação perante o Estado:

A empresa tem vindo a cumprir com todos os deveres perante o Estado, primando por não ter quaisquer atrasos no pagamento dos seus impostos.

6) Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício:

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos ou a sua divulgação nas contas do exercício.

7) Existência de sucursais:

Durante o exercício de 2022 abrimos ao público três novos escritórios sitos na Golegã, Torres Vedras e Amora.

8) Proposta de aplicação de resultados:

Em relação ao Resultado Líquido do exercício de 2022, resultado no montante de € 46.267,29 (quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e sete euros e vinte e nove centimos), a administração propõe a sua aplicação na íntegra como Resultados Transitados.

9) Agradecimentos

A gerência da empresa aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os que com ela se relacionam.

Lisboa, 28 de Abril de 2023

Administração


A horizontal line is drawn across the page, with a handwritten signature in black ink above it.

Prestação do Serviço de Distribuição de Seguros ou de Resseguros

Nos termos do nº 1 do Artº 51º da NR nº 13/2020-R, de 30 de Dezembro, e sem prejuízo do regime contabilístico adotado nos termos do artigo anterior, os mediadores de seguros, de resseguros e seguros a título acessório devem incluir no anexo às demonstrações financeiras uma nota específica e separada das restantes notas, a denominar "Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros", que deve conter, como mínimo a seguinte informação respeitante à atividade de distribuição de seguros ou de resseguros.

a) Políticas contabilísticas adotadas no reconhecimento das remunerações

Procede-se a uma contabilidade normal segundo o critério da NCRF 20. As contas são certificadas por um Revisor Oficial de Contas.

A SegurAjuda reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra – embora admita excepções – no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento no momento da emissão das Prestações de Contas às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações	
	2021	2022
Numerário	536.172,67 €	986.204,54 €
Espécie	0,00 €	0,00 €
Total	536.172,67 €	986.204,54 €

Por tipo	Remunerações	
	2021	2022
Comissões	536.172,67 €	986.204,54 €
Honorários	0,00 €	0,00 €
Outras remunerações	0,00 €	0,00 €
Total	536.172,67 €	986.204,54 €

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem

Remunerações (€)	Ramo Vida		Ramos Não vida		Fundos Pensões	
Por entidade (orig)	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Empresas de Seguros	18.544,45	44.625,50	513.508,46	933.998,70	0,00	0,00
Outros mediadores	2.542,31	3.970,42	1.577,45	3.609,92	0,00	0,00
Clientes (outros)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	21.086,76	48.595,92	515.085,91	937.608,62	0,00	0,00

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Por entidade (origem)	Remunerações	
	2021	2022
Empresas de seguros	99,23 %	99,33 %
Outros mediadores	0,76 %	0,77 %
Cientes (outros)	0,00 %	0,00 %
Total	100,00 %	100,00 %

Em 2022 a SegurAjudada cumpriu o limite estabelecido pelo nº1 do Artº. 48 da NR 13/2020-R sendo que apenas duas seguradoras apresentaram uma concentração superior a 25% do total das remunerações auferidas. São as seguradoras Caravela Seguros, S.A. (1133) com 32,64% e a Generali Seguros, S.A. (1197) com 26,77%.

e) Valores da Conta Clientes

Os fundos movimentados pela empresa no exercício de 2022 detalha-se como se segue:

Conta "clientes"	2021	2022
Saldo no início do exercício	15.922,82 €	6.658,34 €
Valores recebidos de clientes	377.654,84 €	696.957,83 €
Despesas Bancárias	2.326,18 €	2.690,21 €
Pagamento a empresas de seguros	169.157,95 €	424.021,39 €
Pagamento a Clientes (estornos e devoluções)	27.255,49 €	34.648,16 €
Transferência de remunerações	498.422,84 €	911.586,05 €
Saldo no final do exercício	6.658,34 €	861,28 €
Volume movimentado		
A débito	825.944,01 €	1.498.748,91 €
A crédito	815.720,14 €	1.493.219,65 €

Importa ainda informar que:

- Por opção, não movimentamos verbas destinadas a empresas de seguros que não nos outorgam poder de cobrança;
- Não liquidamos indemnizações neste exercício;
- O somatório de "valores recebidos de clientes" inclui valores cobrados em numerário e depositados em banco ("caixa de escritório");

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (orig)	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2021	2022	2021	2022
Tomadores de seguro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empresas de seguros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros mediadores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Cientes (outros)	62.207,74 €	0,00 €	528,84 €	20.590,93 €
Total	62.207,74 €	0,00 €	528,84 €	20.590,93 €

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2021	2022	2021	2022
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as E.S. ...	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as E.S. ...	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundos confiados p E.S. com vista a serem transferidos p tomadores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Remunerações respeitantes a prémios de seguro...	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Clientes (outros)	62.207,74 €	0 €	528,84 €	20.590,93 €
Total	62.207,74 €	0 €	528,84 €	20.590,93 €

Importa esclarecer que os valores indicados foram apurados contabilisticamente, não tendo relação directa com as operações de cobrança. Em concreto, as "contas a receber" são comissões que sabemos ter a auferir no ano seguinte (não sendo de prémios cobrados por nós) e as "contas a pagar" foram valores devidos a fornecedores.

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato

Não se aplica.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Temos contratada, junto do B.P.I., S.A., a Garantia Bancária mínima exigida conforme fazemos constar no nosso registo do Portal ASF.

Faça aos valores apurados na produção do presente documento, vamos solicitar o seu incremento para 29.264,24 €, ou seja, 4% do total de valores movimentados com os clientes, como preceituado na alínea b) do nº 1 do Artº. 10 da presente NR.

j) Transmissões de carteiras de seguros

No ano de 2022 fomos recebedores de uma carteira de seguros, parcial, por parte da SeguroPlus, Lda. (nº ASF 407158379) que estimamos em cerca de 1850 apólices activas e 650.000 € de prémios totais anuais distribuídos por diversas seguradoras. Esta transmissão não teve encargos para a empresa.

Recebemos da Cross Royal, Lda. (nº ASF 409313926) uma transmissão parcial de carteira, com 196 apólices, colocadas na Generali Seguros, S.A. e com prémios totais anuais estimados em 70.000 €. Esta transmissão não teve encargos para a empresa.

Aceitámos a título gratuito, mas ficando como nossa agente, a carteira parcial da agente individual Tânia Sofia Santos Portela (nº ASF 318465297), que estimamos em cerca de 100 apólices e € 40.000 de prémios totais anuais.

Não cedemos carteira existente a terceiros.

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não se aplica.

- l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não se aplica.

- m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

	Empresas de Seguros	2021	2022
1133	Caravela Seguros, S.A.	37,51%	32,64%
1197	Generali Seguros, S. A.	24,30%	26,77%
1011	Fidelidade - Companhia Seguros, S. A.	11,07%	12,06%
1028	Allianz Portugal, S. A.	9,85%	10,84%

- n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Não se aplica, pois não recebemos fundos nessas circunstâncias.

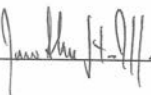
- o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista...

Não se aplica.

- p) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros...

Não se aplica.

Lisboa, 28 de Abril de 2023



Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração de Resultados

Anexo

SEGURAJUDA - Corretores de Seguros, Lda
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Segurajuda - Corretores de Seguros Lda. Sede Social: Rua Professor Orlando Ribeiro n.º 3 Loja C Lumiar 1600-796 Lisboa Capital Social: € 50.000,00 - NIF 505 063 310			
Balanço individual em 31.12.2022 e 31.12.2021		Unidade monetária (Euro)	
RUBRICAS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3,7	581 388,69	291 057,33
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis	3, 8	1 178,75	1 793,75
Activos biológicos			
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial			
Outros Investimentos Financeiros	3	152 663,04	
Acionistas/Sócios			
Outros activos financeiros		0,00	
Ativos por impostos diferidos			
		735 230,48	292 851,08
Ativo corrente			
Inventários	3		
Activos biológicos			
Clientes	3,13		62 207,74
Adiantamentos a fornecedores		6 480,57	
Estado e outros entes públicos	3,13	4 323,00	
Acionistas/Sócios			
Outras contas a receber	3,13	189 680,70	23 845,27
Diferimentos	3,13	7 026,69	4 660,91
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	3,4	4 504,53	19 371,11
		212 015,49	110 085,03
Total do ACTIVO		947 245,97	402 936,11
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	3,13	50 000,00	50 000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio	3, 13		
Prémios de emissão			
Reservas legais	3,13	10 000,00	10 000,00
Outras reservas			
Resultados transitados	3,13	29 660,89	19 384,36
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período	3,13	46 267,29	10 276,53
Dividendos antecipados			
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		135 928,18	89 660,89
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	3,6	450 880,94	121 378,63
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
		450 880,94	121 378,63
Passivo corrente			
Fornecedores	3,13	20 590,93	528,84
Adiantamentos de clientes		3 431,28	
Estado e outros entes públicos	3,13	48 638,45	21 314,90
Acionistas/Sócios			
Financiamentos obtidos	3,6	103 837,35	74 754,87
Outras contas a pagar	3,13	183 938,84	95 297,98
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		360 436,85	191 896,59
Total do Passivo		811 317,79	313 275,22
Total do Capital Próprio e do Passivo		947 245,97	402 936,11
A Administração		O Contabilista Certificado	

SEGURAJUDA - Corretores de Seguros, Lda
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Segurajuda - Corretores de Seguros Lda.				
<i>Sede Social: Rua Professor Orlando Ribeiro n.º 3 Loja C Lumiar 1600-796 Lisboa</i>				
<i>Capital Social: € 50.000,00 - NIF 505 063 310</i>				
Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2022				
Unidade monetária (Euro)				
RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	EXERCÍCIOS	
			31.12.2022	31.12.2021
Vendas e serviços prestados	+	3,9	1 011 204,54	536 172,67
Subsídios à exploração	+	3	4 107,23	4 423,21
empreendimentos conjuntos	+/-			
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	3		
Fornecimentos e serviços externos	-	3, 15	(223 632,89)	(154 668,80)
Gastos com pessoal	-	3,14	(605 203,80)	(313 221,90)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+			
Provisões (aumentos/reduções)	-/+			
(perdas/reversões)	-/+			
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-			
Outros rendimentos	+	3	10 519,11	5 003,22
Outros gastos	-	3	(45 289,63)	(15 120,94)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		151 704,56	62 587,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	3	(63 179,18)	(35 341,16)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		88 525,38	27 246,30
Juros e rendimentos similares obtidos	+	3	1,53	
Juros e gastos similares suportados	-	3	(8 018,15)	(1 920,17)
Resultado antes de impostos	=		80 508,76	25 326,13
Imposto sobre rendimento do período	-/+	3,12	(34 241,47)	(15 049,60)
Resultado líquido do período	=		46 267,29	10 276,53

A Administração

O Contabilista Certificado

1. Identificação da entidade

A Segurajuda - Corretores de Seguros, Lda é uma Sociedade por Quotas com sede em Rua Professor Orlando Ribeiro n.º 3 Loja C Lumiar, 1600-796 Lisboa, e tem como atividade de mediação de seguros. O capital social no dia 31 de Dezembro de 2017 era de 50.000 euros. Em 2022, o volume de negócios foi de 953.297,48 euros.

2. Referencial contabilístico

2.1. Enquadramento

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades (NC-ME) aprovada pelo Decreto-Lei 36-A/2011 de 09 de Março, em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e com as retificações da Portaria 220/2015 de 24 de julho.

2.2. Comparabilidade

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior. As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística aplicável às Microentidades.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das DFs

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. – Pressuposto da Continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – Pressuposto do Acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3. - Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NC-ME. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. – Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NC-ME o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar

decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. – Políticas de reconhecimento e mensuração:

3.2.1 - Ativos Intangíveis:

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de Computador	- 3 a 6 anos
Contrato de Franchising	- 2 a 5 anos
Alvarás	- 0 anos

Os ativos intangíveis recebidos através de um subsídio do governo bem como aqueles nos quais apenas parte do custo foi reconhecido como ativo intangível, em virtude de apenas ter satisfeito os critérios de reconhecimento a meio do processo, são mensurados inicialmente pelo modelo de revalorização.

3.2.2 - Ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios), bem como os ativos biológicos de produção, são reconhecidos como ativos fixos tangíveis. Os animais ou plantas vivos detidos pela entidade e que não se enquadrem na atividade agrícola integram a subcategoria de equipamentos biológicos.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha recta em sistema de duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	- 10 a 20 anos
Equipamento básico	- 4 a 8 anos
Equipamento de transporte	- 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	- 1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	- 1 a 5 anos

3.2.3 - Contratos de locação financeira:

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As depreciações são calculadas de acordo com o descrito na alínea b) acima.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma

responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.4 - Ativos e Passivos financeiros:

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

As quantias recuperáveis são determinadas com base no seguinte critério de mora:

Mora	Estimativa da quantia recuperável
Mais de 6 meses e até 12 meses	75 % do valor nominal do crédito
Mais de 12 meses e até 18 meses	50 % do valor nominal do crédito
Mais de 18 meses e até 24 meses	25 % do valor nominal do crédito
Mais de 24 meses	100 %

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);
- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas;
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação; e
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros;
- Contratos para contrair empréstimos.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.6 - Caixa e depósitos bancários:

A caixa e os depósitos bancários englobam o numerário e os depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. Os empréstimos são registados no passivo não corrente pelo valor nominal da operação.

3.2.7 - Rendimentos e gastos:

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo.

3.2.8 - Imposto sobre o rendimento:

O gasto relativo a Impostos sobre o rendimento do período corresponde ao imposto corrente ou imposto a pagar, calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, em que a entidade está sujeita a IRC à taxa de 17% sobre a matéria coletável até o valor 25.000,00 euros, sendo o valor restante tributado à taxa de 21 %. Ao valor da coleta do IRC acresce a derrama, a qual incide sobre o lucro tributável (a taxa poderá variar de 0% até 1.5%). Acresce também a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstos no artigo 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração fiscal durante um período de quatro anos, ou seja, as declarações fiscais da entidade dos anos 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão. Existem algumas exceções designadamente quando tenham existido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nesses casos, os prazos podem ser alargados ou suspensos.

3.2.9 - Propriedades de investimento:

Foi aplicado o modelo de mensuração do custo na mensuração inicial, e, nas mensurações subsequentes o mesmo modelo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para propriedades de investimento adquiridas entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 [e/ou] no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

3.2.10 - Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.11 - Custos de empréstimos obtidos:

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal da operação, e os gastos associados são reconhecidos de imediato na demonstração dos resultados. Os gastos de financiamento (juros e outros) incorridos no período são registados como gastos na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados no balanço como passivos não correntes.

3.2.12 - Subsídios do Governo:

Os subsídios do governo são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a empresa irá cumprir com as condições associadas à sua atribuição.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis e/ou ativos intangíveis com vida útil finita são reconhecidos inicialmente no capital próprio e imputados a resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo. Os subsídios relacionados com ativos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis com vida útil indefinida são mantidos no capital próprio, e o seu tratamento fiscal decorre da aplicação do disposto no artigo 22º do CIRC.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos na rubrica “Subsídios à exploração” como rendimento do período, ou diferidos para períodos seguintes se os gastos ou déficits que estes visam compensar ainda não foram reconhecidos.

3.2.13 - Reconhecimento do rédito:

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.14 - Benefícios dos empregados:

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações deve ser relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/constitutiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 – Outras Políticas Contabilísticas relevantes

Não aplicável

3.4 – Juízos de valor

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram executados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relacionadas de ativos e passivos, assim como as quantias relacionadas de rendimentos e gastos do período

3.5 – Acontecimentos subsequentes e principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.6 – Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.1. Aplicação

4.1 – Aplicação Inicial da Disposição das NC-ME com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NC-ME.

4.2 – Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento) ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4.3 – Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.4 – Erros materialmente relevantes de períodos anteriores

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Divulgações gerais

As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas estão referidas no ponto 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

5.2. Mapa

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS							
DESCRIÇÃO	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
1. Quantia bruta escriturada inicial	22 500,00	143 965,15		143 340,00	89 711,48	-	399 516,63
2. Depreciações acumuladas iniciais		15 514,09		45 244,67	47 720,54		108 479,30
3. Perdas por imparidade acumuladas iniciais							
4. Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	22 500,00	128 471,06	-	98 095,33	41 990,94	-	291 057,33
5. Movimentos do período (5 = 1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	65 649,24	240 837,59	-	9 189,26	5 336,28	-	-
5.1 Total das adições	65 649,24	258 372,98	-	145 953,40	5 641,25	51 728,61	51 728,61
Aquisições em 1.º mão	65 649,24	258 372,98		70 890,00	5 641,25	51 728,61	51 728,61
Aquisições através de concentrações de actividades empresariais							
Outras aquisições							
Estimativa de custos de desmantelamento e remoção							
Trabalhos para a própria entidade							
Acréscimo por revalorização							
Outras				74 963,40			
5.2 Total das diminuições	-	17 535,39	-	155 043,19	10 977,53	51 728,61	235 284,72
Depreciações		17 535,39		34 189,26	10 977,53		62 712,18
Perdas por imparidade							
Alienacões							
Abates				41 400,00			41 400,00
Outras				79 443,93		51 728,61	79 443,93
5.3 Reversões de perdas por imparidade							
5.4 Transferências de AFT em curso							
5.5 Transferências de para activos não correntes de para venda							
5.6 Outras transferências							
6. Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	88 149,24	369 308,65	-	88 906,07	36 654,66	-	583 018,62
7. Quantia da garantia de passivos afluente restringida							

5.3. Restrições de titularidade, ativos dados como garantia de passivos e compromissos contratuais assumidos
Não aplicável.

5.4. Compromisso contratuais
Não aplicável.

7. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal da operação, e os gastos associados são reconhecidos de imediato na demonstração dos resultados. Os gastos de financiamento (juros e outros) incorridos no período são registados como gastos na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados no balanço como passivos não correntes.

O custos dos empréstimos obtidos foi no valor de 389 267,89€, para a aquisição do ativo tangível fixo-edifícios e outra construções no valor de 270 535,68€

8. Rédito

8.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido: quando é transferida a propriedade dos bens; quando a sua quantia pode ser fiavelmente mensurada e quando for provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade.

Quando o desfecho de uma transacção de prestação de serviços pôde ser estimado com fiabilidade, o rédito associado foi reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço.

O reconhecimento do rédito com referência à fase de acabamento da transacção é referido como o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é reconhecido nos períodos contabilísticos em que os serviços são prestados.

8.2. Quantia dos réditos reconhecidas

Quantias dos réditos reconhecidas no período	31-12-2022		31-12-2021	
	Réditos reconhecidos no período	% em relação ao total réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período	% em relação ao total réditos reconhecidos no período
Venda de bens				
Prestação de serviços	1 011 204,54	100%	536 172,67	100%
Juros				
Royalties				
Dividendos				
Totais	1 011 204,54	100%	536 172,67	100%

9. Provisões

9.1. Divulgações

- a) A quantia escriturada no começo e no fim do período
- b) As provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes
- c) As quantias usadas (isto é, incorridas e debitadas à provisão) durante o período
- d) Quantias não usadas revertidas durante o período

Não aplicável.

9.2. Divulgações por classe de provisão

Não aplicável.

10. Impostos sobre o rendimento

10.1. Divulgação

Ver nota 3 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

10.2. Quadro

Demonstração do relacionamento entre o lucro contábilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos				Valores	2022
Produto do lucro contábilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)		Resultado líquido do período		1	46 267,29
		Gastos/(rendimentos) de impostos		2	
		Resultado antes de impostos		3 = 1 + 2	46 267,29
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	acrescer	...	4	53 255,60
		A deduzir	...	5	10 994,29
	Diferenças temporárias	acrescer	...	6	
		A deduzir	...	7	
Lucro/(Prejuízo fiscal)				8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7	88 528,60
Dedução de perdas fiscais				9	
Matéria colectável				10 = 8 - 9	47 793,09
Colecta				11	17 591,01
Benefícios fiscais por dedução à colecta		...		12	-
Outras componentes do imposto		Tributação autónoma		13	15 322,53
		Derrama		13	1 327,93
		...		13	
	Imposto corrente			14	34 241,47
	Imposto diferido			15	-
	Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			16	
Gastos/(rendimentos) de impostos				17 = 13 - 14 - 15	34 241,47
Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento				18 = 17 / 3 * 100	74,01

11. Ativos e passivos financeiros

11.1. Ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa

Quando uma entidade tenha dado em garantia, penhor ou promessa de penhor ativos financeiros, deverá divulgar:

- A quantia escriturada de tais ativos financeiros; e
- Os termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

11.2. Divulgação

Quantias escrituradas dos instrumentos financeiros		2022		
[Exceção (i) investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, (ii) direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados, e (iii) direitos no âmbito de contratos de seguros ou no âmbito de contratos de locações a não ser que estes contratos resultem numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com: (a) alterações no risco segurado/alterações no preço do bem locado, (b) alterações na taxa de câmbio ou (c) entrada em incumprimento de uma das partes]		Instrumentos Financeiros Mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas
Activos financeiros	Clientes	0,00		0,00
	Adiantamentos a fornecedores	6 480,57		6 480,57
	Outros créditos a receber	189 680,70		189 680,70
	Caixa e depósitos bancários	Caixa	1 608,82	1 608,82
		Depósitos a ordem	2 895,71	2 895,71
		Outros depósitos		0,00
		Subtotais	4 504,53	0,00
	Totais	200 665,80	0,00	200 665,80
Passivos financeiros	Fornecedores	20 590,93		20 590,93
	Adiantamentos de clientes	3 431,28		3 431,28
	Financiamentos obtidos	554 718,29		554 718,29
	Outras dívidas a pagar	180 163,23		180 163,23
	Totais	758 903,73	0,00	758 903,73

12. Capital Próprio

12.1. Forma como se realizou o capital social

O capital social foi realizado totalmente realizado.

12.2. Número e valor nominal das acções (quotas)

Não aplicável.

12.3. Detalhe do Capital Próprio

Capital Social realizado: 50 000,00 €
Reservas Legais: 10 000,00 €
Resultados Transitados: 29 660,89 €
Resultado Líquido do Período: 10.817,27 €

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

13.1. Mapa Mercados

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS					
Descrição		PT	U.E	FUE	Total
1	Vendas				0,00
2	Prestações de serviços	1 011 204,54			1 011 204,54
3	Compras				0,00
4	Fornecimentos e serviços externos	223 632,89			223 632,89
5	Aquisições de activos fixos tangíveis	342 694,93			342 694,93
6	Aquisições de propriedades de investimento				0,00
7	Aquisições de activos intangíveis				0,00
8	Rendimentos suplementares: (8 = 8.1 + + 8.5)				0,00
8.1	Serviços sociais				0,00
8.2	Aluguer de equipamento				0,00
8.3	Estudos, projectos e assistência tecnológica				0,00
8.4	Royalties				0,00
8.5	Outros				
9	Por memória: Vendas e prestações de serviço (valores não descontados)				
10	Por memória: Compras e fornecimentos e serviços externos (valores não descontados)				

13.2. Mapa Atividades

INFORMAÇÃO POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS			
Descrição		CAE - 66220	
		2020	Total
1	Vendas: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)		
1.1	Mercadorias		
1.2	Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
1.3	Activos biológicos		
2	Prestações de serviços	1 011 204,54	1 011 204,54
3	Compras		
4	Fornecimentos e serviços externos	223 632,89	223 632,89
5	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: (5=5.1+5.2+5.3)	0,00	0,00
5.1	Mercadorias		
5.5	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
5.3	Activos biológicos (compras)		
6	Variação nos inventários da produção		
7	Número médio de pessoas ao serviço	21	21
8	Gastos com o pessoal: (8 = 8.1 + 8.2)	605 203,80	605 203,80
8.1	Remunerações	588 427,37	588 427,37
8.2	Outros (inclui pensões)	16 776,43	16 776,43
9	Activos fixos tangíveis:		
9.1	Quantia escriturada líquida final	581 388,69	581 388,69
9.2	Total de aquisições	342 694,93	342 694,93
9.3	Das quais: em Edifícios e outras construções	400 600,20	400 600,20
9.4	Adições no período de activos em curso		
10	Propriedades de investimento:		
10.1	Quantia escriturada líquida final		
10.2	Total de aquisições		
10.3	Das quais: Em edifícios e outras construções		
10.4	Adições no período de propriedades de investimentos em curso		

14. Outras Informações

14.1. Informações

A entidade desenvolve a sua atividade a título individual, não estando por isso sujeita a quaisquer consolidações de contas.

A sociedade não levou a cabo operações comerciais de qualquer natureza, cujos valores não estejam refletidas no balanço.

A Entidade tem as suas contas obrigadas ou sujeitas a revisão legal., sendo os honorários do ROC no valor de 1 230,00€

A Entidade não tem dívidas em mora para com o Estado, incluindo a Segurança Social.

As demonstrações financeiras para o período em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pela Gerência da Empresa e autorizadas para emissão em 29 de Março de 2023 Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

14.2. Fluxos de Caixa

Rubrica	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	-	1 633,72	24,90	1 608,82
Depósitos à ordem	17 737,39	2 423 126,50	2 437 968,18	2 895,71
Outros depósitos bancários	-	-	-	-
Total de Caixa e depósitos bancários	17 737,39	2 424 760,22	2 437 993,08	4 504,53
Dos quais depósitos bancários no exterior	-	-	-	-

14.3. Gastos com Pessoal

Gastos com o pessoal	
Descrição	Valor
Gastos com o pessoal	605 203,80
Remunerações dos órgãos sociais	40 625,90
Das quais: Participação nos lucros	
Remunerações do pessoal	460 281,82
Das quais: Participação nos lucros	
Benefícios pós-emprego	
Prémios para pensões	
Outros benefícios	
Dos quais:	
Para planos de contribuições definidas - órgãos sociais	
Para planos de contribuições definidas - outros	
Indemnizações	
Encargos sobre remunerações	87 519,65
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	
Gastos de ação social	
Outros gastos com pessoal	16 776,43
Dos quais:	
Gastos com formação	1 600,00
Gastos com fardamento	

14.4. Horas Pessoal

Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas		
Descrição	2022	
	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	21	40264
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:	0	0
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO	21	40264
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	21	40264
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL	0	0
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:	21	40264
Homens	9	17256
Mulheres	12	23008
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à Investigação e Desenvolvimento	0	0
Prestadores de serviços	0	0
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	0	0

ACTAS

ACTA NÚMERO VINTE NOVE

Aos vinte nove dias do mês de março do ano dois mil e vinte e três, pelas onze horas, reuniram na sua sede social, sita na Rua Professor Orlando Ribeiro n.º 3 Loja 1, Lisboa, freguesia do Lumiar, Concelho de Lisboa em Assembleia Geral Extraordinária a sociedade por quotas, Segurajuda Corretores de Seguros Lda., pessoa coletiva n.º 505 063 310, com o capital social de 30.000,00 Euros (cinquenta mil euros) matriculada na Conservatória do Registo Comercial, sob o n.º 505 063 310.

Encontrando-se presente o sócio Nuno Alexandre dos Santos Silva Martins, detentor de uma quota no valor de 37.500,00 Euros, correspondente a 75% do capital social e o sócio Antonio Bernardino Pereira, detentor de uma quota no valor de 12.500,00 Euros, correspondente a 25% do capital social, tendo estes sócios dispensado as formalidades legais, nos termos do art.º 54 do Código das Sociedades Comerciais e acordado nos termos a deliberar, deu-se início à reunião, com os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

1.º - Apreciação das contas do exercício de 2022;

2.º - Proposta de aplicação de resultados;

A assembleia foi presidida pelo sócio Nuno Alexandre dos Santos Silva Martins.

Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, após apreciação e verificação dos documentos de prestação de contas, o sócio aprovou, por unanimidade, as contas do exercício, que evidenciavam um resultado líquido positivo de 46 267,29 € (quarenta seis mil duzentas e sessenta sete euros e vinte nove cêntimos).

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, foi aprovado por unanimidade que os resultados do exercício de 2022 sejam transferidos na totalidade para resultados transitados e nada mais havendo a tratar, foi a presente assembleia encerrada, lavrando-se de imediato a presente acta, que após ser lida foi assinada pelos sócios.

Lisboa, 29 de março de 2023.

Os sócios:

